



## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2014 A ABRIL/2015  
ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.271.898.779,36	16.079.699,77	1.287.978.479,13
Pessoal Ativo	898.003.094,06	13.135.777,54	911.138.871,60
Pessoal Inativo e Pensionistas	373.895.285,30	2.943.922,23	376.839.207,53
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	31.707,13	15.196.125,30	15.227.832,43
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	605.052,31	0,00	605.052,31
Despesas de Exercícios Anteriores	11.341.129,01	15.196.125,30	26.537.254,31
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	305.128.533,81	0,00	305.128.533,81
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL III=(I)-(II)	954.824.066,23	883.572,47	955.707.638,70
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)			642.507.278.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL (DTP) sobre a RCL (V)=[III c/ IV] x 100	0,146099%	0,000138%	0,146237%
LIMITE MÁXIMO (art. 20 do LRF, inciso I, II e III) - 0,334.958,7%			2.146.534.112,60
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22 do LRF, parágrafo único) - 0,31.7351%			2.039.017.496,27
LIMITE DE ALERTA (art. 59 da LRF, § 1º, inciso II) - 0,300609%			1.931.700.701,44

FONTE: SIAFI GERENCIAL 2014, TESOUREO GERENCIAL 2015 - 02/jun/15 - 13h e 26m

## Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 3.655.598,00, sendo: R\$ 636.177,42 pagos e R\$ 3.019.420,58 inscritos em Restos a Pagar Processados.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R\$ 4.562.489,83. Não houve inscrição em Restos a Pagar Processados.

4) Despesas com Precatórios da Administração Indireta: despesa liquidada de R\$ 7.373.496,00, sendo: R\$7.373.496,00 inscritos em Restos a Pagar Processados.

Desa. MARIA LAURA FRANCO LIMA DE FARIA  
Presidente do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO  
Ordenador de Despesas

MARÍLIA SOUZA DINIZ ALVES  
Diretora de Orçamento e Finanças

ANA RITA GONÇALVES LARA  
Secretária de Controle Interno